

PORTARIA Nº 042, DE 29 DE FEVEREIRO 2016

O DIRETOR DO CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER – CTI, unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, nomeado por meio da Portaria da Casa Civil nº 992, de 17/05/2011, publicada no Diário Oficial da União de 18/05/2011, seção 2, página 1, em conformidade com as competências delegadas pela Portaria MCT n 407, de 29/06/2006, e

CONSIDERANDO

Que o CTI Renato Archer tem um compromisso com a execução de políticas públicas no âmbito do Governo Federal;

Que o Programa de Capacitação Institucional do CTI prevê, em seu Plano de Trabalho, a concessão de bolsas para pesquisa e desenvolvimento relacionados às políticas públicas brasileiras;

Que por atribuição do MCTI, o CTI estabeleceu projeto relacionado ao Sistema Nacional de Prevenção e Alerta de Desastres Nacionais;

Que o referido projeto alcançou seus objetivos, tendo originado crescentes oportunidades para atividades de pesquisa referentes ao desenvolvimento de rede de plataformas de coleta de dados, bem como à análise dos abundantes dados coletados;

Que a Divisão de Tecnologias de Rede – DTR tem sido um dos focos de atuação do CTI nesta importante política pública,

RESOLVE:

Art. 1º Designar SÉRGIO CELASCHI, doravante denominado “servidor”, como responsável pelos procedimentos necessários à concessão de 2 (duas) bolsas do Programa de Capacitação Institucional – PCI, em consonância com a Resolução Normativa nº 041/2013, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, para alocação na Divisão de Tecnologias de Rede – DTR, com o objetivo de viabilizar a execução de pesquisas na área de prevenção e alerta de desastres nacionais.

§1º Caberá ao servidor definir os perfis de seleção e, posteriormente, os planos de trabalho dos bolsistas selecionados.

§2º Os planos de trabalho dos bolsistas selecionados deverão envolver, predominantemente, atividades de pesquisa e desenvolvimento.

§3º É vedada a atribuição de tarefas predominantemente rotineiras, desprovidas de caráter de pesquisa, aos bolsistas selecionados.

§4º É vedada a alocação de bolsistas em atividades administrativas.

§5º É vedada a alocação de bolsistas em atividades de prestação de serviços.

Art. 2º O início do processo se dará quando o servidor apresentar à CGAI minuta de "Processo Seletivo Simplificado".

§1º Caberá ao servidor garantir que o "Processo Seletivo Simplificado" tenha ampla divulgação e prazos para apresentação de candidaturas compatíveis com o princípio da isonomia (ver Art. 5º).

§2º A minuta de "Processo Seletivo Simplificado" deverá conter perfil e demais requisitos técnicos necessários à seleção dos candidatos.

§3º O documento de divulgação do "Processo Seletivo Simplificado" deverá conter: seção I – preâmbulo; seção II – considerandos; seção III – do objeto; seção IV – das condições de participação e execução; seção V – do prazo e considerações para inscrição; e anexo – quadro de perfis e requisitos técnicos.

§4º O documento de divulgação do "Processo Seletivo Simplificado" deverá informar aos candidatos que seus nomes serão tornados públicos no site do CTI.

§5º O documento de divulgação do "Processo Seletivo Simplificado" deverá informar aos candidatos que, em sua proposta de candidatura, é necessário indicar a qual vaga estão concorrendo.

§6º A minuta do "Processo Seletivo Simplificado" deverá ser aprovada pelo Diretor do CTI, antes da divulgação do mesmo.

Art. 3º Ao término do prazo do "Processo Seletivo Simplificado", o servidor deverá entregar para a Coordenação Geral de Aplicações da Informática – CGAI - toda a documentação dos candidatos coletada através de e-mail criado especificamente para a submissão de candidaturas (ver Art. 4º).

§1º A CGAI organizará a seleção dos bolsistas com base na documentação apresentada pelo servidor. Para isso, poderá solicitar a formação de uma Comissão Julgadora.

§2º É vedada a utilização de entrevista para a seleção.

§3º A seleção dos bolsistas deverá ser baseada na atribuição objetiva de pontuação.

§4º A lista de bolsistas selecionados deverá ser enviada à Comissão de Pré-Enquadramento do CTI para identificação do nível da bolsa a ser concedida.

§5º Caberá ao Coordenador do Programa PCI implementar as bolsas, após aprovação do enquadramento pela Diretoria.

Art. 4º Caberá à Divisão de Suporte Computacional - DSC criar uma conta de e-mail selecao_CEMA2016@cti.gov.br, a qual receberá todas candidaturas.

§1º A senha desta conta será fornecida para a CGAI, CGTI, DTR e Diretoria.

Art. 5º Caberá à Divisão de Relações Institucionais – DRI fazer ampla divulgação do edital.

§1º A divulgação deverá ser endereçada para Comissões de Graduação e Pós-Graduação de universidades públicas e privadas, sociedades científicas, tecnológicas e industriais, além de ser colocada no sítio e na intranet do CTI.

§2º A divulgação não está restrita às instituições mencionadas no §1º, devendo atingir o maior número de pessoas possível.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.


VICTOR PELLEGRINI MAMMANA